



Universidades Lusíada

Rodrigues, Pedro Gomes

Uma reflexão sobre os possíveis efeitos socioeconómicos da CoViD-19

<http://hdl.handle.net/11067/5601>

<https://doi.org/10.34628/4j3h-hp67>

Metadados

Data de Publicação

2020

Resumo

Esta breve nota resulta de uma reflexão do autor e pretende sistematizar num só texto os vários efeitos socioeconómicos que podemos esperar, resultantes da pandemia por CoViD-19. Alguns destes efeitos já estão em curso; outros poderão ou não se materializar, dependendo de eventuais alterações permanentes no nosso comportamento. Em todo o caso, este pretende ser um pequeno contributo estratégico com vista à formulação de melhores políticas públicas nos próximos tempos, numa altura em que os múlti...

This brief note is the result of the author's reflection and aims to systematize in one text alone various socioeconomic effects we can expect, resulting from the CoViD-19 pandemic. Some of these effects are already ongoing; others may or may not materialize, depending on hypothetical permanent changes in our behavior. In any case, this aims to be a small strategic contribution with a view to formulating better public policies soon, at a time when the multiple stakeholders are naturally very bus...

Palavras Chave

COVID-19 (Doença) - Aspectos sociais, COVID-19 (Doença) - Aspectos políticos, COVID-19 (Doença) - Aspectos económicos

Tipo

article

Revisão de Pares

yes

Coleções

[ULL-FCEE] LEE, n. 28 (2020)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T11:25:33Z com informação proveniente do Repositório

UMA REFLEXÃO SOBRE OS POSSÍVEIS EFEITOS SOCIOECONÓMICOS DA COVID-19

Pedro Gomes Rodrigues

Centro de Administração e Políticas Públicas
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

<https://doi.org/10.34628/4j3h-hp67>

Resumo: Esta breve nota resulta de uma reflexão do autor e pretende sistematizar num só texto os vários efeitos socioeconómicos que podemos esperar, resultantes da pandemia por CoViD-19. Alguns destes efeitos já estão em curso; outros poderão ou não se materializar, dependendo de eventuais alterações permanentes no nosso comportamento. Em todo o caso, este pretende ser um pequeno contributo estratégico com vista à formulação de melhores políticas públicas nos próximos tempos, numa altura em que os múltiplos *stakeholders* estão naturalmente muito ocupados na resolução de problemas mais imediatos.

Palavras-chave: Coronavírus; CoViD-19; Pandemia; Desemprego; Distanciamento social; Quarentena.

Abstract: This brief note is the result of the author's reflection and aims to systematize in one text alone various socioeconomic effects we can expect, resulting from the CoViD-19 pandemic. Some of these effects are already ongoing; others may or may not materialize, depending on hypothetical permanent changes in our behavior. In any case, this aims to be a small strategic contribution with a view to formulating better public policies soon, at a time when the multiple stakeholders are naturally very busy solving more immediate problems.

Keywords: Coronavirus; CoViD-19; Pandemic; Unemployment; Social distancing; Quarantine.

Por razões que, infelizmente, todos conhecemos, a COVID-19, ou melhor, a 'CoViD-19' dispensa qualquer apresentação. Inicialmente designada como '2019-nCoV', é uma doença infecciosa causada por um novo tipo de coronavírus, da mesma família de vírus da Síndrome Respiratória Aguda (mais conhecida como SARS) e de alguns tipos de gripe comum. Assim, CoViD-19 ('Co' de corona, 'Vi' de vírus e 'D' de doença) é uma doença provocada por um coronavírus, sendo errado usar os termos 'corona' e 'CoViD' como sinónimos (UNICEF 2020). À data desta nota, há infetados confirmados em 197 países ou territórios.

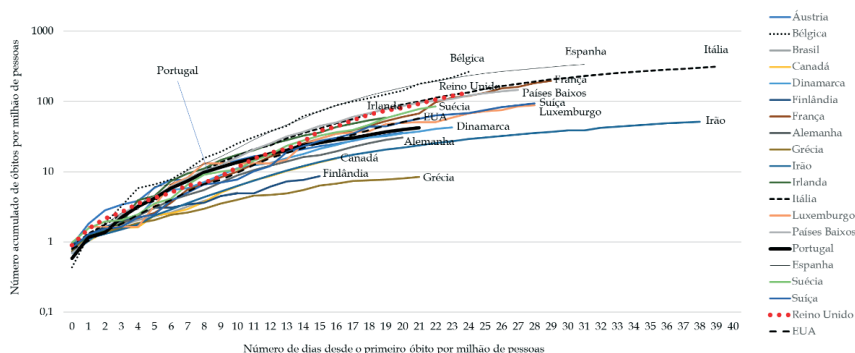
No último dia de 2019, a China reportou à Organização Mundial de Saúde (OMS, WHO em inglês) uma pneumonia de causa desconhecida, proveniente de Wuhan. Poucos dias depois, apontava-se como origem do surto um mercado de animais exóticos. A 22 de janeiro 2020 encerrava-se Wuhan ao exterior, apenas reaberto setenta dias depois, a 2 de abril. Entretanto, a 11 de março, a OMS declarava a CoViD-19 uma pandemia global, depois de a 30 de janeiro a ter considerado uma Emergência de Saúde Pública de Preocupação Internacional. À medida que o número de países com infetados aumentava, vários países seguiram a China e fecharam cidades e províncias, impondo assim restrições a viagens que levaram ao cancelamento ou adiamento de grandes eventos, como o caso dos Jogos Olímpicos, inicialmente agendados para o verão de 2020.

Com um R_0 estimado entre 2 e 2,5 (Zhang 2020), a CoViD-19 é mais contagiosa que uma gripe comum (com um R_0 estimado em 1,3), mas menos que a SARS (com um R_0 em torno de 4). R_0 é o número médio de pessoas que um doente infeta num grupo sem qualquer imunidade ao vírus. As ações de distanciamento social que as autoridades têm impostas por todo o mundo nas últimas semanas pretendem reduzir o R_0 . Apesar da gripe comum todos os anos matar um maior número de pessoas que a CoViD-19, a razão pela qual se justifica toda esta preocupação é que a taxa de mortalidade entre os infetados é cerca de 30 vezes maior que a de uma gripe sazonal (0,1%) e, para as pessoas com sistemas imunitários debilitados, a maioria dos quais têm mais de 70 anos, a taxa de letalidade é superior a 10% (New York Times 2020). À data de 14 de abril 2020, a taxa de mortalidade em todo o mundo rondava os 6,4% e 'apenas' 3,2% em Portugal (Direção-Geral da Saúde 2020).

Dez mil vezes mais pequeno que um milímetro, a CoViD-19 manifesta-se através de febre, tosse seca e, em casos mais sérios, dificuldades em respirar, sendo que um infetado poderá não apresentar qualquer sintoma, algo que complica em muito a sua deteção na população. Apesar de ser letal e particularmente insidioso, é relativamente frágil, podendo ser eliminado com eficácia com um simples desinfetante ou sabonária. Transmite-se através de contato direto com gotículas respiratórias de uma pessoa infetada quando esta tosse, espirra, canta ou fala alto, ou quando estas se depositam em superfícies onde o vírus pode sobreviver durante horas. Para além de uma boa etiqueta respiratória, a nossa proteção e a dos outros passa por: (1) lavar bem as mãos durante pelo menos vinte segundos com uma solução à base de sabão ou álcool, (2) evitar tocar no rosto, e (3) manter uma distância de pelo menos dois metros de quem está doente. O uso de máscaras, inicialmente recomendado só para profissionais de saúde e para os adoentados, agora generaliza-se entre a população, à medida que surge evidência de que o vírus também se aerossoliza durante horas, ficando em suspensão através de micro-gotículas (Guo et al. 2020).

Usando dados até 10 de abril 2020, a Figura 1 analisa os resultados para um conjunto alargado de países e faz um ponto de situação quanto à evolução do número acumulado de óbitos, vítimas por CoViD-19, e ainda quanto ao sucesso das medidas de contenção no achatamento das curvas epidemiológicas. Como a figura não é convencional (esta forma de apresentação do fenómeno viral deve-se a Charles Jones, <https://web.stanford.edu/~chadj/>), é útil salientar algumas das suas características.

Figura 1. Óbitos por CoViD-19 ao longo do tempo e por país



Fonte: Cálculos do autor a partir de dados até 10 abril 2020 do *European Center for Disease Prevention and Control* (<https://bit.ly/34j7W1>).

Logo à partida, uma explicação sobre o porquê de nos focarmos nos óbitos e não na evolução do número de infetados: estes últimos são um caso com resolução incerta - uns recuperarão, outros terão que ser hospitalizados, alguns desses serão internados com necessidade de cuidados intensivos, e uns virão a morrer. Em última análise, o sucesso de medidas de contenção mede-se através do número de óbitos. Pouco importará se há um grande número de infetados, desde que a mortalidade seja baixa. Entendemos assim o achatamento da curva epidemiológica como um forte abrandamento da evolução acumulada do número de óbitos, vítimas por CoViD-19.

Outra característica da Figura 1 é estar na escala logarítmica. Nesse contexto, uma linha reta representa um fenómeno com crescimento exponencial a evoluir a uma taxa constante. O achatamento (redução progressiva da inclinação de uma curva) representa assim a redução dessa taxa de crescimento, muito provavelmente devido à tomada de medidas pelas autoridades.

A terceira e última característica da Figura 1 reporta-se aos cálculos de normalização que são necessários para assegurar a comparabilidade dos países

analisados. Ao contrário do que aparece diariamente nos noticiários, não nos podemos focar nos números em absoluto. Há que dividir o número de casos pela população desse país. Caso contrário, como poderemos saber se 2.000 óbitos em 24 horas é um número grande ou pequeno? Interessa saber se se trata de um país como os EUA (328 milhões) ou de um país como a Itália (com 60 milhões de habitantes). Por este motivo, o ajustamento 'per capita' é importante, considerando-se o número de casos 'por milhão de habitantes'. Mas existe uma outra normalização que tem de ser feita. Os diversos países não foram todos atingidos ao mesmo tempo com o surto de CoViD-19. Por isso, nas abcissas contam-se o número de dias desde o primeiro óbito por milhão de habitantes, momento que determina o início do surto viral.

Uma análise à Figura 1 sugere vários resultados interessantes. Pelo menos até ao momento, Portugal (aqui representado pela linha grossa a preto) está a ter um desempenho melhor que a média dos países mais desenvolvidos e em linha com o da Dinamarca. Países com uma evolução menos pronunciada no seu número acumulado de óbitos incluem a Alemanha, o Canadá e a Finlândia, sendo que os casos da Grécia e do Irão merecem algumas reservas quanto à qualidade dos dados disponíveis. Outra conclusão é que é preciso manter o esforço de contenção e continuar a exercê-lo de forma disciplinada, uma vez que as curvas oscilam e rapidamente (em escassos dias) um 'bom aluno' pode transformar-se num caso complicado. Finalmente, há aparentemente países que suscitam muita preocupação, como é o caso do Reino Unido, da Irlanda, dos Países Baixos e da França que parecem trilhar o mesmo caminho percorrido pela Itália, com um atraso de apenas uns dias. Os Estados Unidos parecem estar na mesma rota em que estão a Suíça e o Luxemburgo. E, por fim, o país que à data de 10 de abril 2020 mais preocupação suscitava era a Bélgica, com uma evolução do número acumulado de óbitos, vítimas por CoViD-19, ainda mais pronunciado que a Espanha.

O enorme sucesso no achatamento das curvas (ver Figura 1) deve-se não apenas aos esforços dos profissionais de saúde em testar, isolar, tratar e rastrear cada caso, mas também - e sobretudo - às medidas de contenção da pandemia através do distanciamento e isolamento social (celebradas com *hashtags* do tipo #fiqueemcasa) que permitiram não só baixar o R_0 mas também - e principalmente - impedir que os sistemas nacionais de saúde ficassem impossibilitados de responder, como lhes compete. O problema é que para controlar a pandemia é necessário parar quase por completo a economia, com todos os custos humanos e sociais que isso acarreta.

Mas este é um daqueles exemplos em que, de facto, não há alternativa porque, se a maioria dos trabalhadores e dos clientes estiver doente, os choques negativos quer do lado da oferta quer do lado da procura também se farão sentir - por iniciativa do vírus e não do ser humano - mas de forma ainda mais catastrófica (Georgieva & Ghebreyesus 2020).

Curiosamente, Hall, Jones & Klenow (2020), numa nota recente, estimam que um agente representativo com preferências utilitaristas está disposto a ceder 1/4 do seu consumo anual para evitar a morte. Sendo que o consumo das famílias representa cerca de 2/3 do PIB, isso quer dizer que as famílias com as mesmas preferências voluntariamente aceitariam um *shutdown* que lhes fizesse perder até 1/6 do seu rendimento disponível.

No que já foi apelidado de ‘*Great Lockdown*’ (IMF 2020a) ou ‘*Great Shutdown*’ (Wolf 2020), em virtude da suspensão de grande parte da atividade económica, a contração do PIB real em 2020 em quase todo o mundo será de proporções históricas - mais profunda do que a Grande Recessão de 2008/11 durante a Crise Financeira Global, mas menos grave que a Grande Depressão dos anos 30 do século XX. Será assim porque em 2020 mais de 90% das economias mundiais experienciarão uma contração na atividade, contra 62% em 2009; na altura a economia da China serviu de almofada estabilizadora. Embora existam projeções de contrações do PIB real em 2020 superiores a 10% (como é o caso do Goldman Sachs que projeta uma quebra em cadeia de 35% no segundo trimestre de 2020), as projeções oficiais (como as do *World Economic Outlook* do FMI, apresentadas no Quadro 1) apontam para contrações entre os 5,9% dos EUA e os 9,1% da Itália. Segundo este organismo internacional, Portugal deverá registar uma quebra anual de 8%. A economia da China, contudo, deverá desacelerar, com o seu PIB real a crescer apenas 1,2%. Este é um cenário macroeconómico reconhecidamente muito incerto, no qual as quebras poderão duplicar se o período de “ficar em casa” (o ‘*lockdown*’) se prolongar por mais do que um só trimestre, algo que poderá acontecer se houver uma segunda vaga.

Quadro 1. Projeções macroeconómicas e de finanças públicas para 2020

	T.c.r. PIB	Saldo orçamental global	Dívida pública
EUA	-5,9	-15,4	131,1
Canadá	-6,2	-11,8	109,5
China	1,2	-11,2	64,9
Alemanha	-7,0	-5,5	68,7
Reino Unido	-6,5	-8,3	95,7
França	-7,2	-9,2	115,4
Itália	-9,1	-8,3	155,5
Portugal	-8,0	-7,1	135,0

Fontes: *World Economic Outlook* e *Fiscal Monitor*, IMF.

Segundo o FMI (IMF 2020b), em resultado de uma política orçamental de apoio aos sistemas nacionais de saúde e ao funcionamento da economia, os paí-

ses mais avançados verão em 2020 um aumento de 17 pontos percentuais no rácio da dívida pública bruta em relação ao PIB. Países como os EUA deverão registar um défice orçamental que poderá atingir os 15,4% do PIB, levando a sua dívida pública a 131,1% do PIB em 2020, enquanto a Alemanha deverá ver o seu saldo orçamental degradar-se 'apenas' para -5,5% do PIB, levando a sua dívida pública em percentagem do PIB para 68,7%. Portugal situar-se-á algures no meio com um défice orçamental de 7,1% do PIB, o que levará o seu endividamento público bruto para 135% do PIB (ver Quadro 1).

Cerca de 90% do estímulo orçamental global será proveniente de países do G20 e ascenderá a 9,5% do PIB mundial (IMF 2020b). Deste pacote orçamental, 42% (4% do PIB mundial) será devido a medidas discricionárias de aumento de despesa pública e ou redução de receita pública, 23% (2,2% do PIB mundial) serão empréstimos e injeções de capital, e os restantes 35% (3,3% do PIB mundial) serão garantias de Estado. Em teoria, apenas as medidas discricionárias agravarão a dívida pública dado que os empréstimos e injeções de capital deverão ser repagos, mas existe o risco das garantias de Estado e dos empréstimos que ficarem por pagar aumentarem permanentemente o passivo do Estado. É natural - e é até desejável - que, no âmbito de uma política orçamental contracíclica, os saldos orçamentais se degradem para ajudar a atenuar a quebra na atividade económica. Isso pode acontecer ou por efeito dos chamados estabilizadores automáticos (pense no aumento da despesa pública que ocorre com o pagamento de mais subsídios de desemprego, ou a redução de receita pública pela contração das bases fiscais), ou pelo efeito de medidas discricionárias que, como o nome sugere, não acontecem automaticamente.

Para além da política orçamental, a política macroeconómica de estabilização da economia conta também com a política monetária que, no momento atual tem de recorrer à compra de ativos nos mercados financeiros para injetar liquidez na economia, uma vez que as taxas de juro já se encontram historicamente baixas.

Independentemente do instrumento usado (política orçamental ou monetária), o plano de ajuda à economia neste momento de pandemia parece ser o seguinte (IMF 2020b):

1. Garantir que os sistemas nacionais de saúde - a linha da frente nesta guerra - têm os recursos necessários para responder com eficácia à emergência com que se deparam;
2. Face às quebras temporárias de rendimento provocadas pelo *lockdown*, providenciar ajudas financeiras quer a empresas, quer a famílias para evitar que um problema de liquidez se transforme num problema de insolvência ou que deixe algum tipo de 'cicatriz' com efeitos permanentes (como é o caso do desemprego, onde se opta pela alternativa do *layoff*). Vale a pena frisar que este tipo de apoio financeiro é fundamental para

convencer as pessoas a “ficar em casa”;

3. Preparar e coordenar entre os vários países afetados um pacote de estímulos a implementar logo que o surto de CoViD-19 estiver contido e se levantar o *lockdown*. Esta parte do plano deverá reconhecer que os países não têm todos a mesma capacidade de se endividar junto dos credores, pelo que são necessárias soluções conjuntas.

São vários os desafios que uma pandemia nos coloca e a quem incumbe resolvê-los diariamente dificilmente tem tempo para refletir. Nesse âmbito, esta nota organiza por grandes categorias os vários efeitos socioeconómicos que podemos esperar em consequência da CoViD-19. Pode ser um pequeno contributo estratégico com vista à formulação de melhores políticas públicas nos próximos tempos. Ainda que este seja um rol necessariamente incompleto e em constante mutação, é um primeiro quadro de análise do que está já curso, ou do que poderá acontecer em breve.

1. Recursos desviados no combate à pandemia

Aquando de um surto pandémico, a sociedade reage de duas formas. Primeiro, desvia tempo dos seus afazeres do dia-a-dia para melhor compreender o fenómeno e o risco que representa. Depois, afeta recursos a bens, serviços e equipamentos de proteção (os chamados PPE, ‘*personal protection equipment*’, como as máscaras, as batas, as viseiras, etc.), de desinfeção, de teste, de rastreio e de tratamento dos casos infetados. Todos estes recursos (incluindo o tempo) têm aplicações alternativas, pelo que este desvio de recursos para melhor combater uma pandemia tem um custo de oportunidade. É tudo o que perdemos por deixarmos de fazer o que, em alternativa, poderíamos ter feito com os meios agora aplicados para enfrentar o surto. Isso não quer dizer que não o devamos fazer - como é da nossa sobrevivência de que falamos, claro que devemos. Mas, e este é o ponto importante, é em tempos de pandemia que devemos ser ainda mais racionais com os recursos de que dispomos e não o contrário.

Este desvio de recursos no combate a um surto pandémico e o custo de oportunidade que comporta não devem ser subestimados. Para tal, basta dar dois exemplos: (1) porque os recursos são sempre escassos, a afetação de agentes policiais para monitorizar o isolamento ou distanciamento social tem impedido em muitos países o combate ao chamado pequeno crime, que tem passado impune, e (2) as pessoas com casos agudos que não vão às urgências com medo de contraírem o coronavírus, por um lado, libertam os sistemas nacionais de saúde para lidar com a CoViD-19, mas, por outro, agravam o seu estado de saúde e, no limite, poderão ocorrer mais óbitos não diretamente relacionados com o Co-

ViD-19, mas que devem ser contabilizados. Neste grupo incluem-se os diabéticos, os doentes com insuficiência renal, os doentes oncológicos e os hipertensos, por exemplo.

De salientar como positivo é o que acontece em todas as economias de guerra: à medida que várias empresas se defrontam com quebras na procura pelos bens e serviços que convencionalmente produzem, reorientam-se para a produção do que mais faz falta (como o caso dos ventiladores). Contudo, vale a pena recordar que, para além dos naturais custos de ajustamento, haverá sempre alguma perda de eficiência nesta produção. Isso quer dizer que, mesmo que com estas reorientações não houvesse qualquer quebra no volume da atividade económica, não estaríamos a criar o máximo de valor económico possível. Por outras palavras, não teríamos o mesmo crescimento económico.

2. Quebra na atividade económico e no rendimento das famílias

Para se conter a pandemia, as autoridades de saúde entenderam - e bem - que era necessário impor o isolamento social, com o objetivo de baixar o R0. Assim evita-se a propagação do vírus, o que permite aos sistemas nacionais de saúde acomodarem com eficácia um aumento do número de casos a tratar, desde que este número ainda seja humanamente comportável para os profissionais de saúde.

O problema é que 'ficando em casa' é inevitável haver alguma quebra de atividade económica que se reflete depois numa quebra de rendimento das famílias. As sociedades reorganizam-se para relativizar este problema através de soluções como o teletrabalho e o recurso ao comércio eletrónico. Quanto ao teletrabalho, (1) existem custos de ajustamento a uma nova forma de trabalhar a partir de casa (quanto mais não seja, fazer o *reset* da palavra passe para entrar no *email* profissional que já estava configurado no escritório), e (2) nem todas as profissões funcionam em teletrabalho. Quanto ao comércio eletrónico, (i) colocam-se questões de ciber-segurança, e (ii) a população infoexcluída não tem acesso ao mesmo.

Se não houvesse uma política pública como a do *layoff*, as empresas responderiam com o despedimento dos seus colaboradores a este duplo choque negativo quer do lado da oferta quer do lado da procura. Partindo do princípio de que as perturbações inerentes à CoViD-19 serão apenas temporárias - durando um ou dois trimestres, no máximo - é altamente desejável promover uma suspensão, quer do esforço laboral, quer das principais despesas que as famílias enfrentam. É nessa lógica que no *layoff* a empresa paga 1/3, o Estado paga outro terço e o trabalhador acomoda o terço restante. Para que esta quebra temporária no rendimento (que poderia ser bem pior se o trabalhador ficasse desempregado) possa

ser suportada pela família, fazem também sentido o adiamento por alguns meses de rendas de casa e de prestações mensais por conta de créditos contraídos.

Alguns comentadores na imprensa portuguesa têm sugerido que o modelo do *layoff* deveria ser replicado no setor público, mas vale a pena explicar por que razão tal sugestão não faz qualquer sentido. Primeiro, porque o objetivo do *layoff* é promover a sobrevivência de uma empresa do setor privado, sem o qual ver-se-ia obrigado a despedir colaboradores ou mesmo a entrar em falência. Segundo, porque é num momento de pandemia que o cidadão mais precisa do setor público e dos seus funcionários (pense no *safety net* que só um Estado Providência pode assegurar), sejam estes médicos, enfermeiros, polícias ou professores. Terceiro, mesmo equacionando a possibilidade de haver um *layoff* na Administração Pública, no qual o Estado pagaria apenas dois terços da retribuição do funcionário, perder-se-iam os serviços públicos pelo facto do funcionário estar em casa sem trabalhar. Numa altura em que a atividade económica do setor privado está quase parada, suspender grande parte da atividade do setor público provocaria uma quebra ainda maior do PIB.

3. Recomposição industrial da atividade económica

‘Ficar em casa’ não tem apenas efeitos negativos sobre o volume de atividade económica; está a alterar profundamente a composição dessa mesma atividade. De facto, ‘ficando em casa’ não é necessário mudar de automóvel, nem comprar mais roupa, nem tão pouco é possível consumir certos serviços como viagens de cruzeiro ou de avião, estadias em hotéis ou idas a espetáculos. Numa ótica industrial, i.e., analisando o setor de atividade, alguns adaptar-se-ão como podem, como é o exemplo da restauração que, sempre que pode, funciona em regime de *take away*. Se o *lockdown* ou *shutdown* com que agora vivemos durar muito tempo, antevê-se que alguns setores de atividade poderão mesmo deixar de existir, como é o caso dos cinemas. Com alternativas como a Netflix, quem no seu perfeito juízo querará passar 120’ numa sala escura com estranhos que poderão estar infetados? O mesmo é válido para uma viagem de cruzeiro ...

Quanto ao setor da aviação civil, por várias razões, é possível que no futuro próximo deixemos de poder viajar pela Europa por umas dezenas de euros. Para além das exigências de um combate mais eficaz às alterações climáticas, é expectável que as aeronaves venham a ser obrigadas a transportar menos passageiros em cada viagem, para permitir mais espaço entre cada um. Tudo o resto constante, isso encarecerá cada viagem de avião.

4. Com maior poder de mercado de algumas empresas, as famílias que se cuidem!

Máscaras e gel desinfetante vendidos a preços exorbitantes (mais do que dez vezes superiores ao que eram antes do surto pandémico) são noticiados com regularidade. Sim, são um sinal dos tempos que correm em que o aumento da procura pelos mesmos ultrapassou tudo o que era esperado.

Mas este aumento de preços em muitos setores não se deve apenas ao funcionamento normal de um mercado; ao invés disso, deve-se a um abuso de posição dominante, que se agrava com açambarcamento de bens e que requer a melhor atenção das autoridades da concorrência. Se em certos ramos (como o das plataformas digitais, como é o caso da Google) até é possível recorrer a um argumento de monopólio natural, noutros não é. O regulador deve estar atento a situações de concentração de poder de mercado, por exemplo através de aquisições que eliminam os concorrentes. Numa altura em que o preço dos ativos está (e poderá em breve estar ainda mais) baixo, esta é uma possibilidade muito real. Se as autoridades não agirem, quem poderá enfrentar um custo de vida mais adverso (ainda por cima num ambiente de quebra de rendimento) serão as famílias.

5. Dificuldades logísticas por parte das famílias

O fecho das escolas veio reforçar a opção do teletrabalho. Contudo, em particular para famílias com crianças pequenas ou com familiares com deficiência, essa nova forma de trabalhar e de estudar trouxe consigo vários desafios de natureza logística. Para as famílias sem um equipamento informático para cada elemento do agregado familiar houve a necessidade de definir regras de partilha dos mesmos. As outras não tiveram esse problema, mas os adultos rapidamente descobriram como é difícil manter os mais pequenos entretidos durante uma videochamada profissional.

6. Destruição do capital humano e familiar

Não são apenas os profissionais de saúde e todos os agentes políticos que com a CoViD-19 estão sob muito *stress* e sob uma pressão psicológica de que não há memória recente, embora obviamente o primeiro grupo seja quem mais sofre, por estar na linha da frente deste combate, por trabalhar em condições fisicamente muito adversas e por presenciar os inúmeros óbitos. Há já inúmeros relatos de trabalhadores - em particular aqueles expostos ao vírus, como é o caso de quem é responsável pela limpeza, e aqueles que em isolamento social estão em teletrabalho há várias semanas - cuja saúde mental está a piorar.

Esta destruição do capital humano não é a única, à medida que, em jeito de estratégias de *coping*, recorrem ao consumo excessivo de álcool, no caso dos adultos, e de comida menos saudável (*junk food*) no caso de todos, incluindo as crianças e os jovens. A maior popularidade dos jogos *online* e, em particular, de azar e relacionado com os casinos durante este período de quarentena forçada são ainda algo que nos deve preocupar a todos. Tudo devemos fazer para evitar que depois da pandemia CoViD-19 passar tenhamos um grave problema de obesidade, agravado ainda por articulações mais frágeis, músculos atrofiados e uma carência de vitamina D pela falta de sol nos últimos meses. Mesmo em isolamento social, é fundamental, dentro do possível, a prática regular de algum tipo de exercício, não só por motivos de saúde física, mas também de saúde mental.

Tendo sempre por base aquele objetivo que é impedir que uma dificuldade temporária se transforme numa ‘cicatriz’ com efeitos permanentes, é também determinante o combate à preguiça e à indolência que poderão afetar trabalhadores e estudantes se o período de “ficar em casa” não for aproveitado de forma positiva e produtiva. Vale a pena recordar, meramente a título de exemplo, que Isaac Newton desenvolveu o Cálculo Infinitesimal que é tão indispensável à ciência e engenharia durante um período de quarentena forçada em 1665, o seu *annus mirabilis*, para fugir à Grande Peste de Londres (Washington Post 2020).

Aconteceu em Wuhan, na China e tudo indica que vai também acontecer noutras partes do mundo, na sequência de semanas de “ficar em casa”: um aumento dos divórcios. A ser assim, a acrescentar ao incremento no número de casos de violência doméstica e ao abandono dos animais de companhia (quer devido à quebra de rendimento, quer devido à inconveniência para alguns de os passear à rua) será mais um fator de incoesão e destruição do capital familiar que, do ponto de vista económico pelo menos, agrava os custos de ajustamento a uma nova realidade.

7. Efeitos no relacionamento em comunidade

A CoViD-19 terá efeitos para além das esferas individual e familiar. Ao nível da comunidade, a necessidade de manter os mais velhos afastados dos seus entes queridos, por serem um grupo de risco, estará já na origem de muita solidão que pode e deve continuar a ser minorada através das TIC, sempre que possível. O facto de muitos dos mais vulneráveis ou serem infoexcluídos ou não terem equipamentos adequados torna indispensável a intermediação do terceiro setor.

Um outro efeito a nível da comunidade poderá ser uma maior desconfiança em relação a terceiros, suspeitando que podem ser portadores de vírus. Ainda é cedo para determinar se num futuro próximo será essa a reação das pessoas, mas a existência de muitas fraudes e burlas relacionadas com a CoViD-19 não ajudam a criar a tão necessária confiança.

8. Efeitos políticos

E no relacionamento entre países? Haverá alguns efeitos a antecipar? Durante esta pandemia que afetou vários países em diferentes momentos do tempo - i.e., com surtos a ocorrer separados por poucas semanas - foram inúmeras as nações que impuseram restrições à venda de equipamentos médicos essenciais à vida dos infetados mais graves. Estas restrições assumiram várias formas, desde limites à exportação de ventiladores até à negociação direta com empresas fabricantes, impedindo-as de servir clientes internacionais que já tinham pago pela mercadoria encomendada.

Este é, portanto, um quadro novo onde o nacionalismo e o protecionismo saem reforçados. Para Portugal, se esta tendência se vier a verificar como mais do que meramente circunstancial, as famílias poderão contar com uma menor variedade de bens e serviços à sua disposição. Será o que aconteceu aos clientes da Netflix na Europa nas últimas semanas, onde viram a qualidade do serviço degradar-se, um prenúncio do que está para vir?

Nesse enquadramento, o qual vale a pena frisar que ainda é cedo para saber se se materializará ou não, como sobreviverá o projeto Europeu que sempre se baseou no princípio da solidariedade? A resposta é: dificilmente.

Do ponto de vista político, o que parece inequívoco é que um dos grandes beneficiados com a pandemia é o Estado, que vê os seus cidadãos a depender dele em termos da sua sobrevivência e, por isso, a depositar mais confiança no mesmo. Como tal, não devemos estranhar que o Estado aumente de forma mais ou menos permanente no futuro o seu peso quer na economia, quer na sociedade, com todos os riscos e oportunidades que isso representa. Do lado dos riscos, antes de mais, o da corrupção e ou da má aplicação de dinheiros públicos. É por este motivo que tanto a governança como os mecanismos de prestação atempada das contas devem ser reforçados. Para usar uma expressão que está na moda quanto ao que o Estado deve fazer: “Façam tudo o que é necessário, mas guardem recibos de tudo” (IMF 2020b). Vale a pena também estar muito atento a questões de privacidade dos cidadãos se o Estado avançar, a prazo, com a geo-localização de casos positivos que forem detetados.

9. Financiamento dos apoios às empresas e às famílias

Um Estado com um maior peso tanto na economia como na sociedade terá de ser financiado ou por impostos no presente, ou por dívida (i.e., por impostos futuros). Colocando de lado a possibilidade de um financiamento monetário dos desequilíbrios orçamentais que, a prazo, tende a ser inflacionista em condições normais, perspetiva-se nos anos a seguir a 2020 um aumento da carga fiscal. Se,

em resposta ao desafio de reconstruir a Europa num cenário pós-pandemia, esta avançar para uma verdadeira União Orçamental, então é possível que, à semelhança do que existe nos EUA, venhamos a ter uma espécie de impostos federais. Neste momento, há vários candidatos como, por exemplo, impostos sobre a riqueza, impostos sobre conteúdos digitais e ainda impostos ambientais (i.e., que incidem sobre o conteúdo de carbono de um bem ou serviço).

A solidariedade que agora se exige - e bem - de todos os Estados Membros pode vir a ser o precursor de uma integração económica e política mais profunda, que acarretará também contribuições mais significativas. É irrealista pensar que seremos ajudados financeiramente e que não teremos de reciprocitar de alguma forma.

Ainda não é clara para ninguém a forma como será prestada essa ajuda financeira aos Estados orçamentalmente mais vulneráveis, i.e., se assumirá a forma de mutualização de dívida ou se, em alternativa, será um envelope financeiro. Cada um tem vantagens e desvantagens do ponto de vista da viabilidade do projeto Europeu, mas vale a pena recordar que a mutualização da dívida passa por permitir a um país com pior risco de crédito ir à boleia do outro. Se tal for permitido, parece inevitável que as taxas de juro aumentem.

Independentemente da forma como o futuro se desenrolará, neste momento são essenciais uma política monetária e orçamental altamente acomodaticia para evitar que dificuldades pontuais de tesouraria (por conta de uma quebra na procura) se transformem numa onda de falências. Estima-se que, em 2020, Portugal terá necessidades de financiamento público cerca de 50% superiores ao que teria sem a CoViD-19. Para garantir a sustentabilidade das contas públicas é fundamental que as taxas de juro continuem baixas por tempo indeterminado. É assim porque em Portugal, como na maioria dos outros países, entramos nesta nova crise com mais dívida do que no início da Crise Financeira Global de 2008/11.

Ainda é incerto como responderá o sistema bancário ao impacto da CoViD-19 na economia portuguesa. Se houver uma avalanche de falências e se o malparado aumentar de forma muito significativa, teme-se que o crédito se torne muito mais restritivo do que é atualmente e que isso se reflita em taxas de juro mais elevadas. Sinal disso, no caso dos EUA, parece ser o alargamento nas últimas semanas dos *spreads* de crédito (de *high yield*) para mais de 10%.

Por fim, há quem esteja preocupado que uma política monetária não só muito laxista mas também muito pouco ortodoxa (com a compra de ativos financeiros pelos bancos centrais) se possa traduzir num virulento episódio de inflação ou mesmo hiperinflação. Neste momento, com o violento choque negativo quer do lado da procura, quer do lado da oferta que se regista em quase todos os países do mundo, o risco de deflação (queda generaliza do nível de preços) parece ser mais importante. Nesse caso, o choque negativo na procura é muito maior que o choque negativo na oferta.

10. Risco da inação

Para combater com eficácia a pandemia por CoViD-19, foi imposto o isolamento social que teve como efeito imediato a desaceleração ou mesmo suspensão da atividade económica. E com essa quebra abrupta na vida económica há menor sinistralidade rodoviária e menos poluição atmosférica, por exemplo. Mas será que isso quer dizer que esses dois problemas (entre vários outros) estão resolvidos? Ou será que os bons resultados que agora vemos rapidamente desaparecerão à medida que voltamos à normalidade? A resposta, óbvia, é que se não mudarmos de comportamentos, então voltaremos a ter os mesmos problemas do passado. Para citar Einstein, “a definição de insanidade é fazer sempre o mesmo e esperar um resultado diferente”.

Com a pandemia, o financiamento escasseia e o preço dos combustíveis fósseis bate novos mínimos, o que, conjuntamente, torna a alternativa das fontes de energia renováveis economicamente menos viáveis e menos consensuais. Lidar com os efeitos das alterações climáticas e avançar com a descarbonização da economia não podem ser relegados para segundo plano, mesmo que no futuro mais imediato se perceba que as prioridades das autoridades sejam a preservação dos postos de trabalho e do sustento das famílias. Nesse âmbito, descarbonizar (por exemplo, através da introdução de um imposto sobre o carbono) pode aumentar o desemprego e induzir uma quebra no PIB, mas não tem de ser assim. De facto, é possível desenhar reformas orçamentais que são simultaneamente amigas do ambiente e da economia, sem piorar a justiça social. Este tipo de pacotes que nos dão um triplo dividendo devem ser considerados à medida que se pensam em pacotes de estímulo à economia a implementar logo que as medidas de contenção sejam levantadas. Ignorar por completo o ambiente – com base em argumentos do tipo ‘a CoViD-19 já melhorou o ambiente o suficiente’ – é não só perigoso como irresponsável. Se há uma lição que devemos retirar desta pandemia é que somos todos muito mais vulneráveis do que pensamos. Vale a pena recordar que este novo coronavírus é 10 000 vezes mais pequeno que um milímetro e veja-se como pode perturbar a vida de milhares de milhões de pessoas em todo o mundo. Imagine, então, o que as alterações climáticas poderão fazer?

Mas o risco de inação não se limita ao ambiente. Também seria um erro pensar que por terem morrido muitas pessoas pela CoViD-19, sendo que a maioria destas era já de idade e recebiam pensões de reforma, já não é necessário reformar o sistema público de pensões em face do desafio que persiste que é o progressivo envelhecimento demográfico.

E o mesmo se pode dizer da desertificação do interior do país. Não é por não se registarem óbitos pela CoViD-19 no Alentejo à data desta nota que todos procurarão um monte alentejano. Há problemas que podem ter sido minorados

temporariamente com esta pandemia – como aqueles que já referimos nesta secção – mas que voltarão em plena força logo que a atividade económica recupere, mesmo que não seja a cem por cento.

Palavras finais

Vale a pena terminar esta nota num tom positivo. É comum dizer-se especialmente em discursos de motivação durante tempos mais difíceis que, em Chinês, a palavra ‘crise’ é ao mesmo tempo ‘perigo’ e ‘oportunidade’. A pandemia que vivemos deve ser encarada nestes moldes: (1) devemos ficar atentos aos perigos que espreitam, mas também (2) aproveitar as oportunidades para mudarmos de comportamento, sempre que tal melhore a nossa qualidade de vida e ou a dos nossos pares.

Neste âmbito, vale a pena destacar alguns exemplos.

Isolados em casa, temos a oportunidade de melhorar a nossa formação com as inúmeras alternativas (a maior parte delas grátis) que existem na Internet. Também, as videochamadas provaram que com as TIC de que dispomos já podemos dispensar de muitas reuniões presenciais, com as vantagens inerentes: menos poluição (em particular se a reunião presencial requeria uma viagem de avião), uma poupança de tempo, e agora – num contexto de CoViD-19 – menos risco. Esperemos que esta nova forma de organizar o trabalho vingue e persista, mesmo depois das medidas de contenção serem levantadas.

Outro exemplo saído desta pandemia é que a comunidade científica – agora trabalhando em conjunto e trocando informações para encontrar uma vacina o mais rapidamente possível – pode alcançar progresso muito mais rapidamente. A ciência e a engenharia ao serviço da humanidade são uma arma poderosa.

Por fim, temos a oportunidade de fugir ao imediatismo e de abraçarmos o bem comum, tomando maior consciência quer da nossa pequenez (alguns diriam mesmo insignificância ou vulnerabilidade), quer do que as nossas comunidades e sociedades mais precisam (Tirole 2020). Nas últimas semanas o mundo uniu-se para lutar contra um novo tipo de coronavírus. A confiança no setor público, em geral, e nos sistemas nacionais de saúde, em particular, foi reforçada. Um bom sinal seria que pudéssemos manter este comprometimento com todos os desafios que vamos enfrentar. Os estudiosos sugerem que a guerra atenua as tendências individualistas, aumenta a empatia e torna quem a vive mais cooperativo. Tomara que assim seja.

Referências

- BRUEGEL (2020). "The fiscal response to the economic fallout from the coronavirus", 8 April. <https://www.bruegel.org/publications/datasets/covid-national-dataset/>
- Direção-Geral da Saúde (2020). *Relatório de Situação N.º 043*, 14 de abril 2020
- Financial Times (2020). "How coronavirus stalled climate change momentum", 14 April.
- GEORGIEVA, K. & GHEBREYESUS, T. (2020). "Some say there is a trade-off: save lives or save jobs - this is a false dilemma", *The Telegraph*, April 3.
- GUO, Z.; WANG, Z.; ZHANG, S.; LI, X.; LI, L.; LI, C.; et al. (2020). "Aerosol and surface distribution of severe acute respiratory syndrome coronavirus in hospital wards, Wuhan, China, 2020", *Emerging Infectious Diseases*, Jul. preprint. <https://doi.org/10.3201/eid2607.200885>
- HALL, R.; JONES, C.; & Klenow, P. (2020). "Trading off consumption and COVID-19 deaths". https://web.stanford.edu/~chadj/Consumption_v_Covid.pdf
- IMF (2020a). *World Economic Outlook*. April, Washington D.C.
- IMF (2020b). *Fiscal Monitor*. April, Washington D.C.
- New York Times (2020). "How does the coronavirus compare with the flu?", 27 March, <https://www.nytimes.com/article/coronavirus-vs-flu.html>
- TIROLE, J. (2020). "Thinking more about the common good might be one silver lining from this crisis", *The Telegraph*, April 9. <https://www.telegraph.co.uk/business/2020/04/09/crisis-has-silver-lining-might-get-us-think-common-good/>
- UNICEF (2020). "Frequently asked questions about COVID-19", <https://www.unicef.org/indonesia/coronavirus/FAQ>
- Washington Post (2020). "During a pandemic, Isaac Newton had to work from home too. He used the time wisely", March 12.
- WOLF, M. (2020). "The world economy is now collapsing", *Financial Times*, 14 April.
- ZHANG, S.; DIAO, M.; YU, W.; PEI, L.; LIN, Z.; & CHEN, D. (2020). "Estimation of the reproductive number of novel coronavirus (COVID-19) and the probable outbreak size on the Diamond Princess cruise ship: A data-driven analysis", *International Journal of Infectious Diseases*, Feb. preprint. <https://doi:10.1016/j.ijid.2020.02.033>